

O DESVÁRIO EUROPEU

por Mário Soares

A União Europeia vai mal, sem rumo nem valores. Tenho insistido, nestes modestos artigos, que a União Europeia não vai poder aguentar, por muito mais tempo, a política neo-liberal que tem prosseguido, em especial desde que a crise nos afecta. Porquê? Porque, ao contrário da América do Norte, tem persistido em não ver a realidade e em não querer mudar de paradigma ou seja: o modelo económico de desenvolvimento.

Os mercados especulativos continuam a dominar a política dos Estados-membros da União, por enquanto apenas os considerados os mais fracos, e a sobrepor-se a todos os outros valores: às conquistas sociais, às políticas de bem-estar, ao pleno emprego – ideal (esquecido) dos anos cinquenta – aos próprios valores éticos...

Perante a crise que se vai estendendo a toda a União, o que conta, para os líderes europeus, é manter os equilíbrios financeiros: combater os deficits e o endividamento externo. Esquecendo o desenvolvimento económico, os perigos da recessão, o desemprego alarmante e as desigualdades sociais.

A Grécia foi a primeira vítima, com culpas de gestão pública evidentes. Mas as instituições europeias não compreenderam que o que estava em causa era a estabilidade do euro, que interessava acima de tudo defender. A reacção foi tardia, em grande parte por culpa da Alemanha e insuficiente relativamente às necessidades. A União Europeia, até hoje, nunca foi capaz de definir – e muito menos de executar – uma política concertada com todos os Estados-membros contra a crise global, de defesa do euro e, por outro lado, esqueceu-se do valor essencial da solidariedade, a que todos os Estados-membros estão – ou deviam estar – obrigados.

Estas faltas são muito graves e vão custar muito caro ao crédito internacional da União Europeia – ao seu prestígio – criando precedentes internos, talvez fatais, para os mecanismos de funcionamento futuro da União.

Portugal, um ano depois da Grécia, em circunstâncias diferentes, é certo, sofreu ataques semelhantes dos mercados especulativos e das empresas de rating. A União Europeia tornou-se, entretanto, um pouco mais flexível, graças sobretudo à influência do Fundo Monetário Internacional. Mas as receitas economicistas não mudaram e os compromissos aceites, pelo lado português, vão ser extremamente difíceis de aplicar.

A União Europeia – e, mais uma vez, a Alemanha – não ficaram bem no retrato. Entretanto, outra responsabilidade gravíssima: pôr fim, ao que parece, de forma unilateral, do Tratado de Schengen, em virtude dos milhares de imigrantes que, fugidos da Líbia e de outros países islâmicos, atravessaram, em velhos barcos, o Mediterrâneo, com risco de vida, e pediram asilo a Itália que, por sua vez, reclamou a solidariedade da França, que lhe foi negada. Eis o egoísmo nacionalista em todo o seu esplendor! Ou seja: Itália e França deram uma machadada fortíssima nos ideais generosos com que se constituiu a União Europeia.

Não admira, assim, dados os exemplos citados, que comece a alastrar um espírito de mal-estar e mesmo de indignação, contra os líderes comunitários, pelas populações europeias. Por toda a parte, temos assistido a manifestações cívicas, felizmente pacíficas, em muitos dos Estados Europeus, como: a França, a Itália, o Reino Unido, a própria Alemanha e agora, até ao Domingo passado, em Madrid e em muitas das grandes cidades de Espanha. Indignam-se contra as dificuldades da vida, o desemprego dos jovens, que avulta, nos países europeus, e reclamam contra a corrupção, exigindo outra política, mais liberdade e ética nos comportamentos.

Os Partidos estão em baixa, independentemente de se dizerem de Direita ou de Esquerda. Exigem deles um regresso aos grandes ideais: mais civismo e menos partidocracia e aparatchecik. Querem sobretudo soluções para que a União reganhe o seu prestígio no Mundo e possa voltar a ser um referência moral, política e social, num Planeta cada vez mais inseguro e imprevisível.

Por essas razões – e ainda, outras – num momento difícil de crise, os portugueses devem perceber que, em grande parte, as nossas dificuldades dependem da evolução da União Europeia, que nos condiciona.

Portugal, a Grécia e a Irlanda – embora, tenham, entre si, diferenças consideráveis – deviam conversar e definir uma estratégia comum relativamente à União. Somos velhos Estados, com histórias que, de diferentes ângulos, marcaram a Europa, o que nos dá o direito a servos ouvidos e respeitados. Ora os mercados especulativos não vão desistir de ganhar dinheiro. Outros Estados vão ser igualmente atacados. A Bélgica, a Espanha, a Itália, talvez mesmo a França, poderão ser as próximas vítimas, o que obrigaria a União a mudar de política, quer os seus líderes queiram quer não.

E é então que se abrirá, para nós – e para as restantes vítimas – uma janela de novas oportunidades, que teremos de estar preparados para aproveitar, E a União Europeia a pôr fim ao ciclo de decadência e a ganhar um novo dinamismo e prestígio na cena internacional.

Um discurso histórico

Na sexta-feira passada, o Presidente Barack Obama, fez um discurso importante, em Washington, sobre a paz entre Israel e a Palestina, e também sobre as transformações tão inesperadas e decisivas que estão a ocorrer no Magrebe e no universo árabo-muçulmano. Que disse o Presidente de particularmente interessante? Afirmou como prioridade estratégica fundamental, para os Estados Unidos, as reformas democráticas que têm vindo a ser reclamadas, tanto nos Estados do Magrebe como no Oriente Médio.

Significa isto – note-se – uma viragem de 180 graus na política dos Estados Unidos relativamente aos países da costa sul do Mediterrâneo e do Mar Vermelho, região, até agora, particularmente crítica, em função das ditaduras e das teocracias existentes. “Teremos a oportunidade de demonstrar – disse o Presidente – que os valores americanos estão mais próximos do vendedor ambulante de Tunis (referiu-se ao tunisino que se imolou pelo fogo, em defesa da liberdade) do que do poder descarnado dos ditadores”. Realmente, Barack Obama teve, desde o início das manifestações e revoltas pacíficas ocorridas na Região, a percepção da importância do fenómeno político novo que está em curso e da necessidade de o apoiar. Nesse sentido, uma vez mais, adiantou-se aos europeus, que só reagiram a posteriori e nem sempre bem.

Veja-se como a questão da Líbia se tem arrastado, sem resultado à vista, apesar da intervenção (pouco feliz) da NATO. Desde há dias que ninguém sabe o que é feito de Kadafi e a mortandade, nos dois sentidos, continua.

Na Síria, outro país chave da Região, tem havido uma repressão das mais sangrentas, apoiada pela Rússia e dirigida pelo ditador, filho de ditador, Bashar al-Assad. Por seu lado, o Presidente Obama limitou-se a uma frase tipo ultimato: “Bashar al-Assad ou apoia o movimento reformista democrático, que se manifesta nas ruas e praças do seu País ou terá que desaparecer”. Ora, até agora, não aconteceu uma nem outra coisa...

Contudo, o mais importante do discurso de Barack Obama, do meu ponto de vista, foi a tentativa, por o Presidente anunciada, de relançar o processo de paz entre Israel e a Palestina, na véspera da chegada a Washington do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. Em que consiste esse plano? No regresso às fronteiras existentes antes da guerra dos 6 dias, de 1967. Como se esperava, Netanyahu recusou, frontalmente, na Casa Branca, esse plano, considerado “indefensável” para o Governo de Israel, que está ainda na fase de ver o Hamas como “a versão palestina da Al Qaeda” não podendo, portanto ser parte nas negociações.

O encontro entre Obama e Netanyahu saldou-se num verdadeiro fracasso. Netanyahu conta fazer um discurso no Congresso onde espera ter o apoio dos republicanos do lobby judaico. Não creio que tenha razão porque o Mundo – naquela Região tão delicada – está a evoluir rapidamente e não vai voltar, creio, aos erros do passado...

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Na semana passada comemorou, com a presença do ministro da Defesa e representantes dos altos comandos dos três ramos das Forças Armadas, o trigésimo sétimo aniversário da sua criação e, ao mesmo tempo, o quinquagésimo aniversário das guerras coloniais, que começaram no ano fatídico de 1961: em Fevereiro, em Angola e meses depois, em Dezembro, com a perda do chamado Estado Português da Índia, quase sem resistência,

É sintomática esta dupla comemoração, porque as guerras coloniais podiam – e deviam – ter sido evitadas, se não fosse a cegueira política do ditador Salazar. E não foram, apesar dos acontecimentos anti-regime se terem repetido em 1961: Henrique Galvão e o rapto do Santa Maria

(baptizado Santa Liberdade); rebelião em Angola (Fevereiro); golpe (frustrado) do ministro da Defesa general Botelho Moniz, ex-salazarista convicto; Programa da Democratização da República (Maio) que me custou – ao saudoso Acácio Gouveia – seis meses de prisão firme em Caxias; rapto de um avião da TAP, para deitar panfletos democráticos sobre Lisboa, dirigido por Palma Inácio; invasão de Goa, Damão e Diu (Novembro); e, finalmente, a tentativa revolucionária de Beja, chefiada por Humberto Delgado, já no exílio, que correu mal...

O regime salazarista estava, obviamente, no fim, completamente isolado no plano internacional. Mas com fôlego, ainda, para suportar 13 anos de cruentas guerras coloniais, com centenas de mortos e estropiados, para sempre, portugueses e nacionalistas africanos. Uma desgraça que só teve remédio, com a vitória dos "capitães de Abril".

Foi então que se criou a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que festejou agora 37 anos e eles acrescentaram outra efeméride: os 50 anos de "guerras coloniais": em Angola, primeiro; depois na Guiné; e, finalmente, em Moçambique.

Os deficientes podiam estar ressentidos, após a descolonização. Mas não, compreenderam – e muito bem – que também foram "capitães de Abril", a seu modo, porque também contribuíram, pelo seu exemplo, para terminar com as guerras coloniais e poderem confraternizar – como fizeram – com os seus homólogos africanos. Daí a sintomática junção das duas efemérides.

Gostei muito de poder abraçar, uma vez mais, os deficientes das Forças Armadas e de lhes poder manifestar o meu reconhecimento.